



EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM PORTO VELHO: A RIQUEZA CULTURAL DE UM PASSADO, HERANÇA DO POVO.

Lourismar da Silva Barroso¹

RESUMO

O artigo propõe (re)pensar as práticas educativas da disciplina História, recorrendo aos temas da memória, da história como bases para a construção de uma Educação Patrimonial na rede estadual de ensino de Porto Velho. Nossa intenção é problematizar as ações educativas na rede estadual, mais especificamente junto ao Ensino Médio, visando contribuir para a formação dos sujeitos a partir das práticas pedagógicas de História na sala de aula à luz dos documentos norteadores da educação no Brasil (LDB, 1996; DCNEM, 2012, BNCC, 2018). As escolas são essenciais na formação Educacional Patrimonial Cultural, uma vez que possibilita a transformação social pela apreensão da memória, do passado coletivo, não de forma congelada, mas vivida, com os objetos expostos como um meio de comunicação entre o presente e o passado. A pesquisa em andamento é de base qualitativa com o emprego das técnicas de pesquisa bibliográfica e documental.

Palavras-chave: Educação Patrimonial, Porto Velho, História, Memória, Práticas Educativas.

INTRODUÇÃO

O presente artigo² investiga como a educação patrimonial pode orientar e sensibilizar professores, estudantes e profissionais responsáveis pela preservação da cultura preservar os bens culturais e do ambiente histórico em que estão inseridos. Consideramos que a Educação Patrimonial é um processo permanente e sistemático de trabalho educacional.

No escopo da Educação Básica, em que as práticas pedagógicas se evidenciam como um direito e como um componente crucial para o exercício da cidadania, as Ciências Humanas também desempenham um importante papel na medida em que são constitutivas das relações entre os sujeitos sociais. Nessa acepção, as memórias sociais, as práticas socioculturais do que está ao nosso redor, as edificações, os patrimônios materiais, imateriais, culturais, podem ser um ponto de partida para aprofundar o debate sobre as ações educativas (re)significadas de História junto ao currículo do Ensino Médio estadual da cidade de Porto Velho, no estado de Rondônia.

Quando o assunto é a cultura patrimonializada, é possível entender que os espaços e os lugares podem ser compreendidos como o acesso a história pelo viés da reflexão crítica sobre

¹ Doutorando em Educação - Dinter - (UNIVALI/FCR); Mestre em História – Minter - (PUCRS/FCR); Especialista em Arqueologia da Amazônia (FSL) e Licenciatura em História (UNIR). E-mail: lourismarb1971@gmail.com ORCID ID: 0009-0000-0485-0609

² Este artigo é um projeto de pesquisa em andamento nas escolas de Porto Velho, no estado de Rondônia.

o próprio processo de patrimonialização, que também está envolto em ideologias, interesses e jogos de poder, compreendendo, desse modo, o acesso aos bens culturais que não foram institucionalizados.

Por sermos um país pluricultural, isso significa que existem diversas formas e expressões de interpretar e se relacionar com o mundo. Reconhecer que todos os povos produzem cultura e que cada um tem uma forma diferente de se expressar é aceitar a diversidade cultural e reconhecer também que não existem culturas superiores a outras (CANDAU, 2009). Assim, a diversidade cultural produz características regionais que fazem com que as pessoas tenham histórias, sotaques, costumes, comidas e vestimentas muito diferentes, sendo, ao mesmo tempo, todos brasileiros. Essa característica do nosso povo faz com que a cultura brasileira seja tão rica, variada e possa ser recurso para seu desenvolvimento.

Se por um lado têm-se patrimônios como as cidades históricas, a literatura, as artes plásticas, há também todo um conjunto de expressões do bairro e da própria escola que são bens culturais importantes para o posicionamento daqueles sujeitos na estrutura social. Muitas vezes, a comunidade perde em organização social e bem estar por não conhecer e lutar pela valorização de um patrimônio seu. Nessa acepção, este estudo procura privilegiar as manifestações culturais, sejam bens materiais como edifícios, praças, mercados, jardins, fotografias, documentos, esculturas, quadros, instrumentos de trabalho etc., ou bens imateriais como músicas, danças, festas religiosas, ou populares, comidas, rituais, hábitos e costumes, formas de fazer, saberes e dizeres populares etc.

METODOLOGIA DA PESQUISA

Com vistas a problematizar as ações educativas na rede estadual, mais especificamente junto ao Ensino Médio de Porto Velho, com vistas a contribuir na formação dos sujeitos a partir das práticas pedagógicas de História na sala de aula à luz dos documentos oficiais (LDB, 1996; DCNEM, 2012, BNCC, 2018) e ao debate sobre o cuidar de si, da cidade, do patrimônio cultural nas Ciências Humanas, o presente artigo é de base qualitativa e tem como objetivo compreender e interpretar os fenômenos estudados a partir das perspectivas e significados que serão atribuídos.

Os dados coletados nessa pesquisa serão descritivos, ou seja, referente a relatos, opiniões, percepções e experiências dos sujeitos. Esses dados serão considerados uma abordagem valiosa

para a compreensão de fenômenos complexos e multifacetados, que não podem ser compreendidos apenas por meio de números e estatísticas (CRESWELL, 2007, p.35)

As técnicas de pesquisa bibliográfica e documental são utilizadas para coletar e analisar informações a partir de fontes escritas, sejam elas obras publicadas ou documentos de arquivo.

Se por um lado a pesquisa bibliográfica consiste na coleta e análise de informações contidas em livros, artigos, teses, dissertações, entre outros tipos de publicações, em outro sentido, a pesquisa documental envolve a coleta e análise de informações a partir de documentos, que podem estar em diferentes suportes e formatos, como papel, fotografias, vídeos. Por isso, ambas as técnicas serão importantes para a produção de conhecimento em diversas áreas do conhecimento, especialmente nas Ciências Humanas e Sociais, e requerem do pesquisador habilidades para a leitura, seleção, análise e sistematização das informações coletadas. Assim, nos debruçaremos sob os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN); a Lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDB); os novos componentes curriculares do Ensino Médio. Marconi e Lakatos (1999) destacam que a pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas. A pesquisa bibliográfica abrange a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo (MARCONI; LAKATOS, 1999).

Nessa acepção, quando mencionamos a Educação Patrimonial como parte do ensino em história, nossa intenção é problematizar a temática patrimônio cultural, podendo estabelecer aproximações entre a história rondoniense, a memória social do povo e a Educação como práxis humanizadora. O cuidado com o patrimônio do norte brasileiro também pode ser trabalhado no currículo escolar no âmbito da História por professores da Educação Básica; trata-se do direito de aprendizagem dos discentes. Os estudos de Bourdieu (2009), Certeau (2007), Chartier (2009), Halbwachs (2003), Hall (2003), Kuper (2002) e Le Goff (1990), ajudam a refletir que as relações entre a memória e a história nascem nas práticas culturais, fazendo andar o carrossel das experiências e dos saberes dos sujeitos sociais.

Para Horta (1999), as etapas metodológicas do estudo de um bem patrimonial apresentado no Guia Básico do Educação Patrimonial do IPHAN, pode ser assim aplicado:

(...) a qualquer evidência material ou manifestação da cultura, seja um objeto ou um conjunto de bens, um monumento ou um sítio histórico ou arqueológico, uma paisagem natural, um parque ou uma área de proteção ambiental, um centro histórico urbano ou uma comunidade da área rural, uma manifestação popular de caráter folclórica ou ritual, um processo de produção industrial ou artesanal, tecnologias e saberes populares, a qualquer outra expressão resultante da relação ente os indivíduos e seu meio ambiente (HORTA, 1999, p.6).

REFERENCIAL TEÓRICO

A pesquisa levará em conta a garantia do direito à aprendizagem e ao desenvolvimento humano dos estudantes da Educação Básica, conforme meta estabelecida no Plano Nacional de Educação. No esforço em se poderem verificar as instituições estaduais que já possuem em sua grade escolar algum debate sobre o ensino de História e as suas relações com a Educação Patrimonial rondoniense, serão realizados levantamentos que procurem apresentar as ementas das escolas que ainda seguem com o ensino de História na perspectiva tradicional.

Desta forma, o interesse sobre o referido tema, considera a Educação Patrimonial o processo permanente e sistemático de trabalho educativo, que tem como ponto de partida e central o Patrimônio Cultural com todas as suas manifestações, sendo assim, consideramos que tudo que o homem produz e faz é cultura, é um conceito que vai ajudar a compreender o mundo que nos rodeia de uma forma mais ampla; nessa acepção, o que devemos indagar seria qual a importância do que está sendo transmitido com aquela ocorrência (GEERTZ, 1989).

Uma reflexão no que diz respeito ao ensino e aprendizado na sala de aula de História com os estudantes da Educação Básica pode nos remeter a uma relação científica com ações educativas nas Ciências Humanas sob três pontos de vista: a concepção da Educação, a histórica e a social.

As reflexões de Rodrigues (2017) consideram que o historiador deveria ser como o sujeito que recolhe os entulhos que a sociedade relega ao esquecimento; sua tarefa deveria consistir em apropriar-se dos restos condenados ao lixo e deles fazer a matéria-prima de sua labuta. Nessa acepção, o trabalho do pesquisador será desenvolvido com observações, registros em diário de campo, mapeamentos, análises qualitativas das fontes, levantamentos de dados e problematizar o bem material trabalhado.

Partindo do pressuposto mencionado por Febvre, que a riqueza histórica deixada pelos luso-brasileiros no período colonial, geograficamente examinada do litoral para os sertões, deixou registros de civilidades expressas. Para tanto, essa pesquisa busca enfatizar estudos recente que possam corroborar, assim ter um norte a ser seguido. Como pressuposto, adotaremos o **Estado da Arte**, uma busca as últimas dissertações e teses que já abordaram uma prévia do assunto aqui pesquisado.

As revisões e análises bibliográficas são partes essenciais e elementos fundamentais da pesquisa, dela faz-se necessário a leitura, resenha e interpretação das ideias contidas, sendo um elemento que se constitui em um instrumento que permite orientar cada passo do objeto de estudo, estabelecendo seu desenvolvimento, isto, no entanto, não deve ser tomado com uma

rigidez pétrea, mas sim como um caminho a ser percorrido e que, dependendo das circunstâncias, poderá sofrer pequenas alterações.

Para os procedimentos técnicos de coleta e análises de dados, outras fontes também contribuirão para fundamentar o debate, que segundo MARCONI; LAKATOS:

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc. [...] Sua função é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto [...] (MARCONI; LAKATOS, 1999)

As revisões e análises bibliográficas são partes essenciais e elementos fundamentais da pesquisa, dela faz-se necessário a leitura, resenha e interpretação das ideias contidas, sendo um elemento que se constitui em um instrumento que permite orientar cada passo do objeto de estudo, estabelecendo seu desenvolvimento.

RESULTADO PARCIAL DA PESQUISA

O trabalho em andamento busca interligar o conceito de Educação Patrimonial com a preservação, no sentido de uma construção histórica, a partir do uso didático da história local e da Educação patrimonial. Contudo, quando este lugar possui marcos de memória reconhecidos e tombados como patrimônio cultural, há uma potencialização do trabalho didático.

A educação permite a socialização dos conhecimentos, dos saberes e dos valores culturais produzidos pela humanidade ao longo do tempo, assim como a preservação do patrimônio cultural, por vez, garante o direito de acesso à memória individual e coletiva.

A Educação Patrimonial, neste sentido, teria como finalidade levar os estudantes a conhecer, defenderem e zelar pela memória física de sua cidade. O patrimônio cultural constitui uma herança deixada pelas gerações anteriores, que cabe a todos preservar para que seja transmitida às gerações vindouras. Assunção observa que:

A Educação Patrimonial contribui para a formação de um cidadão consciente dos seus direitos e deveres, que compreenderá a importância da preservação dos bens culturais para a preservação da memória e da identidade de um povo ou nação e da necessidade da ação de proteger e escolher seus bens patrimoniais (ASSUNÇÃO, 2003, p.51).

A Educação Patrimonial é um excelente meio para uma educação crítica, para que os patrimônios culturais sejam objeto de aproximações sensíveis, com o objetivo de sensibilizar o indivíduo para a valorização destes bens que precisam ser preservados, amparados, apropriado pelos cidadãos que com eles convivem. Para tanto, conhecer os patrimônios, entender sua



relevância para a identidade cultural do indivíduo e de sua comunidade, são pontos essenciais para a consolidação de uma postura crítica, consciente frente este rico universo que está próximo, mas que nem sempre é percebido.

A proposta de Educação Patrimonial no Brasil surgiu em 1983, quando o Museu Imperial de Petrópolis (RJ) organizou o I Seminário de Educação patrimonial. Segundo Horta, Educação Patrimonial é:

(...) um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o a compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da autoestima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural (HORTA, 1999, p. 6).

Para Costa (2009, p. 99), “os indivíduos aprendem melhor por meio da vivência de experiência diretas com bens do patrimônio, mediante a visitação de grupos escolares em sítios patrimoniais”. A escola acaba aproximando as pessoas com os bens patrimoniais que constituem sua realidade mais próxima, entre eles os que estão inseridos em espaços públicos e em instituições. Muitos cidadãos desconhecem a relevância desses espaços, o que se deve, em parte, por sua trajetória pessoal e educativa, que poucos estímulos tiveram para sentir fruir, conhecer e recolher a importância destes espaços/objetos.

Os Centros Históricos de muitas cidades brasileiras são excelentes espaços para estimular o professor e os estudantes, através da Educação Patrimonial, estabelecerem relações fundamentais entre o passado, presente e futuro. As mudanças ocorridas nas comunidades e nos lugares onde viveram, acabaram deixando marcas que identificam suas histórias individuais ou coletivas. Elas buscam, com o passar do tempo, materializar nesses espaços sua identidade, perpetuando suas tradições e costumes.

Para a aplicação da Educação Patrimonial nas escolas de Porto Velho, teremos como suporte o Guia Básico organizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que fundamenta e conceitua as práticas metodológicas. Nossa intenção é acompanhar a realização do projeto Educação Patrimonial executado por algumas escolas de Porto Velho, assim como a elaboração do projeto e sua execução. Acompanhado pelo professor, os estudantes farão uma caminhada pelo centro histórico de Porto Velho. Essa atividade proporcionará aos estudantes o estímulo para conhecer parte da sua história através do conjunto arquitetônico, guiados pelas seguintes questões: Quem construiu? Para que construiu? Qual a sua importância para a história de hoje? Saber ler nas entrelinhas a importância da construção de um legado, é o primeiro passo para que os estudantes sintam o valor do pertencimento. Desta forma, o professor sensibilizará um aprendizado mais eficiente e dinâmico.



Com a Educação Patrimonial, o professor poderá estender o aprendizado para a cultura, a política, a economia e tradições que foram deixadas naquele lugar de memória que, segundo Nora (1993, p.27), são “lugares simbólicos em que a memória coletiva se expressa e se revela”. No entanto, cabe ao professor inovar e dinamizar suas aulas de forma que os estudantes tenham o prazer e a consciência de se sentir parte integrante desse legado.

Desta forma, Franco (2019), menciona que:

a educação patrimonial é um excelente meio para uma educação crítica, para que os patrimônios culturais sejam objeto de aproximação sensíveis, com o objetivo de sensibilizar o indivíduo para a valorização desses bens que precisam ser preservados, amparados, apropriados pelos cidadãos que com eles convivem. (FRANCO, 2019 p.38)

Assim, a arte de educar é criar meios de comunicação, propor um diálogo entre o estudante/indivíduo e este com o mundo, com a realidade com a qual convive em seu cotidiano, em consonância com os conhecimentos e sentidos atribuídos em diversas épocas e contextos sociais.



REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, Paulo de. O Patrimônio. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

CANDAU, Vera Maria (Org.). *Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

COSTA, Flávia Roberta. Turismo e patrimônio cultural – interpretação e qualificação. São Paulo: Editora Senac, 2009.

CRESWELL, John W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto/John W. Creswell; tradução Luciana de Oliveira da Rocha. Porto Alegre: Artmed, 2007.

FRANCO, Francisco Carlos. Educação, patrimônio e cultura local: concepção e perspectivas pedagógicas. Curitiba: CRV, 2019.

GEERTZ, Clifford. *Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1989.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. Guia Básico de Educação Patrimonial. Brasília: Instituto do Patrimônio histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

LDB, 1996; DCNEM, 2012, BNCC, 2018.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa. São Paulo: 2003.

Nora, Pierre. Entre Memória e história: a problemática dos lugares. Proj. História. São Paulo. (10). Dez. 1993.

RODRIGUES, Rogério Rosa (Org.) LIEBEL, Silvia, (et al). Possibilidades de pesquisa em história. São Paulo: Contexto, 2017.